

Rita de Kassia de França Teodoro

Gestão de Dados para Cidades Inteligentes

Autonomia municipal, governança e inovação urbana

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1 Introdução: autonomia municipal, governança urbana e o desafio das cidades inteligentes sustentáveis	1
1.2 Panorama da autonomia municipal e os desafios da sustentabilidade urbana inteligente	4
1.3 Métodos de abordagem	6
1.4 Estrutura da obra e objetivos.....	7
2 A Evolução Histórico-Jurídica da Autonomia Municipal no Brasil: bases para o planejamento urbano	11
2.1 Surgimento das cidades e desenvolvimento da autonomia: contexto histórico	12
2.1.1 Formação das cidades brasileiras e as primeiras estruturas de governança local: contexto colonial e imperial.....	16
2.2. Trajetória e consolidação da autonomia municipal nas Constituições brasileiras: marco republicano e primeiro período.....	19
2.2.1 Autonomia municipal brasileira na segunda metade do século XX: 1964 a 1988.....	23
2.2.2 A Constituição de 1988: marco jurídico na autonomia dos municípios.....	24
2.3. Planejamento urbano como competência municipal: bases constitucionais e legais.....	30
2.3.1 Repartição de competências constitucionais: leis regulamentadoras do ambiente urbano	32
2.3.2 O Município como protagonista do ordenamento das cidades: leis complementares e a estruturação jurídica do planejamento urbano municipal	38

3 Limites e Desafios da Autonomia Municipal Brasileira na Governança Urbana e Paradiplomacia	45
3.1 Limites constitucionais e inserção internacional dos municípios em temas ambientais.....	46
3.1.1 Abertura internacional e a participação dos municípios em agendas globais de sustentabilidade	49
3.1.2 A paradiplomacia municipal: a importância dos municípios nas relações internacionais.....	52
3.2 Limitações jurídicas e institucionais dos poderes municipais para a implementação da sustentabilidade urbana	56
3.2.1 Funções e limites do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal: competências e restrições	60
3.3 Limitações orçamentárias e jurídicas na participação internacional dos municípios: as leis orgânicas como fundamento da autonomia municipal no contexto das agendas globais de sustentabilidade	63
3.3.1 A autonomia municipal e limites orçamentários na governança urbana: repartição de competências e dificuldades para financiamento das ações de sustentabilidade das cidades.....	66
3.4 A governança urbana e a participação democrática no contexto do planejamento urbano sustentável.....	75
3.4.1 A participação democrática como fundamento da gestão urbana: instrumentos de participação popular para um planejamento urbano sustentável.....	79
4 Alinhamento dos Municípios às Agendas Globais de Sustentabilidade: rumo às cidades inteligentes e sustentáveis	89
4.1 A nova agenda urbana e a missão dos poderes municipais	93
4.1.1 A Nova Agenda Urbana e os objetivos de sustentabilidade para as cidades	95

4.1.2 A Nova Agenda Urbana e o paralelo com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no contexto urbano.....	98
4.2 A instrumentalização das agendas de sustentabilidade: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a relevância do ODS 11.....	100
4.2.1 Visão geral dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua importância para as cidades.....	102
4.3 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 e as características das cidades sustentáveis a partir das metas propostas	106
4.3.1. Dimensões da sustentabilidade urbana: relação com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11...	110
4.3.2 Sustentabilidade e inteligência urbana: distinções entre cidades sustentáveis e cidades inteligentes	114
4.4 Políticas de incentivo e instrumentos de transição para cidades inteligentes no Brasil e em Portugal.....	121
4.4.1 A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes: diretrizes e objetivos.....	124
4.4.2 As cidades inteligentes no contexto português.....	128
4.4.3 Integração das cidades inteligentes como instrumento para a sustentabilidade urbana no conjunto proposto pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11	135
4.5 Considerações sobre o alinhamento das ações municipais com o ODS 11: instrumentalização para a transformação digital no planejamento urbano.....	138
4.5.1 A evolução do planejamento urbano, o processo de urbanização e surgimento do Plano Diretor como instrumento fundamental de política urbana.....	140
4.5.2 Plano Diretor e o impacto da transformação digital: a importância do plano diretor para a implementação das cidades inteligentes e sustentáveis.....	147

4.5.3 A inclusão da transformação digital no Plano Diretor Municipal.....	154
4.5.4 Planos setoriais e a sinergia entre estratégias de sustentabilidade e digitalização: potencial para apoio ao desenvolvimento sustentável das cidades	167
5 Governança de Dados para a Sustentabilidade Urbana: a ciência de dados como ferramenta para construção de cidades inteligentes e sustentáveis.....	173
5.1 A ciência de dados como ferramenta de apoio à gestão urbana: a importância de dados de alta qualidade	177
5.1.1 Cidade orientada a dados: estrutura de governança de dados para cidades inteligentes	186
5.2 Avaliação, monitoramento e padronização de metas urbanas e ODS 11	198
5.2.1 A padronização de práticas para o desenvolvimento sustentável	201
5.2.3 Monitoramento e correção de políticas públicas com dados em tempo real.....	206
5.3 Estruturação de um plano municipal para cidades inteligentes baseado em ciência de dados.....	208
5.3.1 Plano de ação para implementação de cidades inteligentes....	210
6 Conclusão: governança das cidades autonomia municipal e gestão informada por dados	217
Referências.....	229